

CONTEXTOS COMO RESTRIÇÕES DA COMPREENSÃO EM UMA SITUAÇÃO DE DIÁLOGO

Herman Parret

Fundação Nacional Belga para a Ciência

(Tradução de Raquel Salek Fiad)

Minha contribuição programática se refere à dependência contextual da compreensão em um diálogo, e gostaria de apresentar em forma preliminar uma tipologia de contextos com seus valores específicos para a compreensão em uma situação de diálogo. Antes de fazer isso, vou esboçar algumas opções teóricas centrais do paradigma que me seduzem, que também constituirão a introdução à minha colocação.

I

Esta discussão se baseia em duas teses sobre o diálogo. Primeiramente, uma teoria do diálogo depende completamente de uma teoria da compreensão. Isto não significa simplesmente que não há diálogo sem compreensão; minha tese é mais forte: o conceito de diálogo deve ser derivado do conceito de compreensão. Como consequência, o diálogo e a conversação em geral não podem ser reconstruídos adequadamente por posições tradicionais da filosofia da linguagem contemporânea onde prevalecem as considerações sobre o significado e não sobre a compreensão. Em segundo lugar, a relação entre compreensão, por um lado, e contexto, por outro, em uma situação de diálogo, é bi-direcional. Não vou discutir o fato de que a compreensão "cria" seu contexto e só vou elaborar a relação no outro sentido, ou seja o fato de que a compreensão em um diálogo é de terminada especificamente pelos vários tipos de contextos, o que significa que esses contextos têm o papel de restringir as qualidades e as propriedades específicas do diálogo. Discutirei brevemente ambas as teses..

Estamos acostumados, na teoria lingüística e na filosofia da linguagem contemporâneas, à idéia de que uma teoria do discurso é, de fato, uma teoria da produção de fragmentos discursivos. As metáforas da gramática gerativa transformacional e da teoria de atos de fala são claras nesse ponto: geratividade, produtividade e "criatividade" são características essenciais do discurso e são vistas do ponto de vista do falante, não do compreendedor. Isto tem acontecido em quase todas as abordagens influentes da comunicação lingüística, desde a abordagem informacional tradicional até à

explicação intencional mais sofisticada da relação de significado entre uma expressão e seu conteúdo.

A visão informacional da comunicação nos oferece um quadro da comunicação como um processo no qual um falante codifica uma mensagem em um sinal, a partir do qual um ouvinte a decodifica. Produção e compreensão envolvem os mesmos procedimentos só que na ordem oposta. A representação clássica do fluxo de informação do falante para o ouvinte é a seguinte (levando-se em conta que a codificação/decodificação gramatical é feita por regras gerativo-transformacionais)¹. No falante: O significado do falante (intenção pragmática do falante) → estrutura profunda sintático-semântica (significado de sentença) → estrutura superficial → sinal acústico; No ouvinte: Fones (compreensão₁) → estrutura superficial através do processador do léxico (compreensão₂) → estrutura profunda sintático-semântica (significado de sentença = compreensão₃) → significado do falante (intenção pragmática do F; compreensão₄). Deve ficar evidente que este quadro idealiza a comunicação linguística em muitos aspectos. Em primeiro lugar, não há possibilidade de representar adequadamente no esquema informacional o processamento paralelo e simultâneo em diferentes níveis dentro do falante e do ouvinte separadamente nem de representar o fato de que a decodificação, ao nível da compreensão da intenção pragmática do falante não tem que percorrer, necessariamente, todos os outros estágios da compreensão e não precisa da codificação total de todos os quatro níveis de produção. Além disso, existe a objeção clássica e séria do esquema informacional de comunicação linguística, segundo a qual ele não consegue dar conta nem da fala indireta (insinuar, sugerir, fingir, manipular e até mentir) nem da anigüidade. Na verdade, o problema é que produção e compreensão são considerados como globalmente simétricas, ou melhor, que a compreensão é vista como uma produção invertida. Minha opinião, ao contrário, é que a compreensão dificilmente pode ser vista como um processo simétrico à produção. A compreensão é um processo de inferência prática, e é neste ponto que minha preocupação com a dependência contextual da compreensão se torna pertinente. Na verdade, eu nego que os tipos de contextos sejam de grande importância à compreensão mútua em uma situação de diálogo por causa de suas propriedades informacionais. As razões pelas quais os contextos tornam dinâmicos o processo de inferência prática são de ordem psico-pragmática, como ficará claro quando eu apresentar minha tipologia. Uma teoria da compreensão deve ser assimetricamente central em relação a qualquer teoria da produção, sendo, portanto, o núcleo de uma teoria da interação discursiva e do diálogo. Isto exclui qualquer redução da atividade discursiva à transferência de informação e também à identificação da competência linguística com um conjunto de mecanismos que produzem informação.

O pessimismo justificado em relação à possibilidade de aplicar uma abordagem de atos de fala ao diálogo tem a ver com o fato, dentre outros, de que as regras de atos de fala são regras de produção. A coesão no discurso e a estrutura do diálogo não se baseiam em regras que regem seqüências de atos. É evidente que deve se retornar a alguma teoria geral sobre a natureza da interação interpessoal, onde a 'interação' é mais do que uma mera série dupla de atos de fala paralelos de dois fa

lantes. A teoria de atos da fala não formula regras gerais de concatenação², com exceção de alguns casos periféricos e pouco interessantes (as chamadas "seqüências relacionais internamente" ou seqüências com valor semântico idêntico, ou as regularidades óbvias do gênero de que perguntas tendem a ser seguidas por respostas, cumprimentos por cumprimentos, ofertas por aceitações ou recusas, pedidos de desculpas pelo perdão, e assim por diante). Regularidades de concatenação dialógica de facto (ao contrário das regularidades de jure acima mencionadas) não são governadas por "regras", considerando-se uma regra como uma condição de produção, no sentido da teoria de atos de fala. Deve-se recorrer, pelo contrário, à noção Wittgensteiniana mais ampla de regularidade discursiva, a qual pode ser de suma importância para uma teoria do diálogo. Uma regra, segundo Wittgenstein, é, na verdade, uma estratégia de compreensão. O debate central em Investigações Filosóficas é no sentido de igualar compreensão a uma habilidade que não pode ser reificada como um poder substancial ou como uma faculdade misteriosa nem pode ser reduzida ao seu exercício ou ao seu veículo. Essa habilidade não é uma competência produtiva, mas sim um conjunto de estratégias práticas que nos possibilitam inferir a significância, limitada pelo contexto, de fragmentos lingüísticos determinados pela interação.

Outros aspectos herdados de Wittgenstein são de suma importância para uma teoria possível do diálogo. Wittgenstein enfatiza a primazia da compreensão na tríada significado-produção-compreensão, mas são igualmente relevantes em sua obra muitos pontos específicos de sua concepção da compreensão: sua resistência à tendência de fazer da compreensão um super-conceito, ao invés de um conceito menos preciso de semelhança familiar (family-resemblance), sua terapia para a nossa tendência de ver a compreensão como um fenômeno mental, um estado, uma experiência ou outra categoria geral, e também sua renúncia à idéia da acessibilidade interior à compreensão (pela introspecção, por exemplo). Esses temas em Wittgenstein favorecem a idéia da dependência contextual da compreensão, tal qual a defendo. O compreendedor é justificado em sua compreensão (i.e. "compreende com direito") não pelas suas experiências ou estados mentais mas pelas "circunstâncias" do uso da produção/compreensão do fragmento discursivo. Evidentemente, as noções-chave de justificação e circunstâncias do uso devem ser esclarecidas (esclarecer a noção de "circunstância de uso" implica em uma tipologia dos contextos da compreensão).

John Searle³ acentua a importância da "consciência compartilhada do contexto do discurso" em uma situação dialógica, e traduz sua "consciência compartilhada" automaticamente em termos de "intencionalidade compartilhada", reduzindo a coerência dialógica às condições de produção da intencionalidade em seqüências dialógicas. Eu diria ao contrário, que os membros de uma comunidade compreendem as seqüências em uma situação dialógica somente se eles interpretam os contextos nos quais esses fragmentos de diálogo são produzidos. Isso indicaria que a compreensão como uma habilidade é uma prática-no-mundo e não uma atividade da vida interior atuando com elementos mentais "primitivos". Enquanto processo de interpretação de contextos, a compreensão é uma habilidade extrínseca e não intrínseca. O contextualismo deve ser uma

arma contra a ameaça do psicologismo⁴. Além disso os contextos da compreensão não existem como itens ontológicos estáticos e prontos: os contextos são "contextualizações" para a compreensão e eles são produzidos pela compreensão. Desse modo, a compreensão não se baseia solidamente em contextos dados: ela os constitui-logo, eles são contextualizações⁵. Novamente nos baseamos em Wittgenstein: os jogos da linguagem constroem seus contextos. A idéia de um contexto dado (quer como item ontológico quer como conteúdo intensional) é um epifenômeno proveniente da concepção de linguagem de Santo Agostinho e de Frege. O paradigma alternativo se baseia na concepção da linguagem como jogo e na concepção da compreensão como um conceito menos preciso de family-resemblance, segundo o qual a compreensão é entendida como uma habilidade de contextualização.

Podem ser desenvolvidas duas abordagens complementares da relação entre diálogo e contexto. Ambos os procedimentos são abstratos se realizados separadamente. Por um lado, o diálogo - como um caso paradigmático da interação verbal e intersubjetividade semiótica - determina (molda) o contexto e, por outro, os contextos restringem a significação dialógica. A primeira perspectiva é muito fascinante. Tomemos, por exemplo, o chamado "contexto referencial": a referência ao mundo é governada por condições dialógicas e a referência é necessariamente co-referência (não no sentido gramatical; por 'co-referência' entendo o ato de referir-junto ou referir-dentro de uma comunidade)⁶. Esta concepção pode ser aplicada a qualquer relação de verdade: nenhuma noção de verdade é relevante sem a introdução de uma comunidade dialógica de falantes da verdade⁷. Embora a investigação da relação determinante dos fragmentos dialógicos sobre os contextos seja heurísticamente possível e produtiva, ela deve caminhar junto com o procedimento complementar, ou seja, com a reconstrução dos tipos de contextos com seu impacto específico sobre aspectos específicos da significação do diálogo. É o que passo a desenvolver na segunda parte deste trabalho.

II

Como já foi dito, sou levado a uma tipologia de processos de contextualização em lugar de uma tipologia de contextos da compreensão. Ainda resta a ser feito um esclarecimento terminológico preliminar. Tendo em conta a distinção entre co-texto e con-texto, meu interesse maior se refere a contextos extrínsecos ou ainda a contextualizações como características próprias da compreensão vista como uma habilidade extrínseca. Primeiramente apresento aqui - sem qualquer possibilidade de justificar ou desenvolver - o chamado "esquema de aceitação", que me permitirá apresentar minha tipologia.

Existe um E (nunciado) ou uma cadeia semiótica; se E tem o significado S, então E é enunciado pelo falante F e compreendido pelo ouvinte O com a significação ACC (v): "aceitar" essa significação ou inferir praticamente ACC (v) é compreender $\uparrow[\uparrow(P)]$. O significado S de E tem um co-texto, a significação ACC (v) tem um contexto.

De início, algumas palavras sobre o co-texto de S. O antecedente do esque-
 ma de aceitação pressupõe que F e O podem confiar no seu conhecimento da linguagem. Não
 vejo interesse em discutir aqui a natureza ou da linguagem como um sistema preformado
 ou do seu conhecimento (é isso que se espera dos gramáticos e psicolinguistas). O co-texto
 intervém quando os enunciados são gramaticalmente ambíguos (devido à homonímia ou
 sinonímia ao nível lexical, assim como ambigüidades de natureza fonológica e sintática).
 Pode ser necessário desfazer a ambigüidade, o que geralmente se consegue com a ajuda
 do co-texto. Os enunciados e seus fragmentos nunca estão isolados em uma sintagmática:
 o co-texto é o "texto que circunda", qualquer que seja sua extensão e as unidades dia-
 lógicas que o constituam. O co-texto tem uma estrutura macro-gramatical; logo, sua
 capacidade de desfazer a ambigüidade é bastante limitada. A con-textualização, através
 do processo de inferir a significação das seqüências dialógicas, será mais eficaz. No
 entanto, deve ficar claro que antes que comece a inferência (ainda dentro da frase an-
 tecedente da condicional), a co-textualização macro-gramatical molda o significado S,
 do qual a significação será inferida.

Minha preocupação principal é com contextos extrínsecos que são a base
 de onde se pode inferir praticamente as significações. Os tipos de contextos são re-
 produzidos no quadro abaixo. No entanto esta tipologia não será desenvolvida aqui; ape-
 nas serão acrescentadas algumas observações introdutórias⁸.

Conforme mostra o quadro, faço uma distinção entre contextos nucleares
 e contextos suplementares: os contextos nucleares são contextos fenomênicos dos três
 componentes da significação $\Pi[\Psi(p)]$, enquanto que os contextos suplementares são os
 contextos epistêmicos desses componentes (são contextos-de-crença, também chamados
 contextuais). Devo lembrar aqui que p é um conteúdo proposicional (qualquer que seja),
 Ψ é o operador-de-modo e Π o operador-de-racionalidade. Simbolizo a oposição entre
 o contexto nuclear e o suplementar da seguinte maneira: C (x) versus B (x). Em um ca-
 so 'ideal', a inferência de $\Pi[\Psi(p)]$ pode ser realizada sem qualquer crença contex-
 tual, sendo os contextos nucleares suficientes para se fazer as inferências corretas.
 Mas, evidentemente, na maioria das vezes, os contextos epistêmicos também estão diri-
 gindo a inferência. Metodologicamente é muito importante distinguir, na parte suple-
 mentar dos contextos extrínsecos, dois tipos de estados epistêmicos: os estados mú-
 tuos que têm grande poder constitutivo, embora sejam facultativos e os idiosincrâti-
 cos, que estão fora do processo de inferência comunicativa de inferência da significa-
 ção, na compreensão. Isso nos deixa com seis tipos de contextos extrínsecos que devem
 ser apresentados brevemente (começando de baixo para cima).

C(p)

Abstraindo-se de qualquer influência epistêmica (por exemplo, crenças
 mútuas) e dos contextos comuns e erotéticos, pode-se dizer que o contexto C do con-
 teúdo p é a sua denotação: o conteúdo p é inferido (ou determinado) pela 'interpreta-
 ção/entendimento' (grasping) de sua denotação. A denotação de p é o referente de
 $\Pi[\Psi(p)]$. No entanto, isso é uma abstração porque o referente é necessariamente

Contexto extrínseco

Núcleo fenomênico	Suplemento epistêmico	Tipologia dos contextos	Critério de justificação	Modos de relatar
π CONTEXTO COMUNAL C (π) Comunidade	MUTUO-IDIOSINCRAÍTICO CONTEXTO B (π) EPISTÊMICO-COMUNAL	Circunstâncias <u>transcendentais</u> Suposições	Autenticidade	Nós/eu <u>estamos/estou</u> (em) C (π) Eu/nós <u>acreditamos</u> que π
φ CONTEXTO EROTÉTICO C (φ) 'desajababilidade 'comum'	CONTEXTO EPISTÊMICO-EROTÉTICO B (φ)	Circunstâncias <u>interacionais</u> opiniões	Contratualidade	Eu/nós <u>pretendemos</u> que C (φ) Eu/nós <u>acreditamos</u> que φ
p CONTEXTO ALETICO C (p) denotação 'comum'	CONTEXTO EPISTÊMICO/ALETICO B (p)	Circunstâncias <u>referenciais</u> Crenças	Expressividade	Eu/nós <u>sei/sabemos</u> que C (p) Eu/nós <u>acreditamos</u> que p .

comum e intencionado, o que tem como consequência que $C(p)$ é modificado por $C(\Psi)$ e por $C(\Pi)$. Portanto, falando de forma abstrata, eu poderia dizer que o referente (ou as 'circunstâncias referenciais') é (são) o contexto que determina a significação parcial p . Sabe-se perfeitamente que a interpretação de $C(p)$, sem ajuda de outras contextualizações (fenomênicas ou epistêmicas), é simplesmente impossível para a classe importante de enunciados referencialmente opacos, e essa é a melhor prova de que $C(p)$ está profundamente encaixado em todos os outros tipos de contextualizações, da mesma forma que p é modificado necessariamente por Ψ e por Π na estrutura $\Pi[\Psi(p)]$.

Não posso tratar aqui dos problemas técnicos devidos às várias espécies de mecanismos que assinalam o referente (pronomes demonstrativos, descrições de finidas, etc).⁹ Evidentemente, a denotação de p contém as especificações de tempo e espaço do referente e a descrição que permite a predicação de suas propriedades e relações. Dar uma visão geral de todas as categorias gramaticais com seu poder expressivo específico em relação ao contexto de p implicaria em entrar em uma das controvérsias mais prolíficas da filosofia contemporânea, recentemente estimulada pelas chamadas teorias 'causais' dos nomes próprios (e, por extensão, do significado). Minha discordância dos causalistas (Kripke e, em certo sentido, Putham)¹⁰ não se refere à análise que fazem da relação entre uma expressão, digamos, um nome próprio ou um termo que designa uma 'espécie natural', e suas circunstâncias referenciais, mas sim ao fato de que $C(p)$ não é apresentado por eles como uma abstração ou como dependente de outros tipos de contextos.¹¹

B(p)

O conhecimento de $C(p)$ pode ser favorecido ou obscurecido ao se acreditar em p. O contexto epistêmico - alético de p terá que ser interpretado pelo compreendedor a fim de que realize a compreensão completa da significação $\Pi[\Psi(p)]$. Somente crenças mútuas de p são relevantes para o processo da comunicação; as crenças idiosincráticas (crenças não reconhecíveis ou não compartilhadas pelo falante e pelo compreendedor) não entram na significação das cadeias semióticas. Mesmo no caso dos nomes próprios, o contexto epistêmico - alético pode ser uma heurística necessária, embora suplementar, que torne possível a compreensão da significação parcial de p . Isto fica claro nos usos não-literais de nomes próprios, como na sentença "Ele é o Aristóteles do século 20" e mesmo em "Aí vem Aristóteles" (falando da mesma pessoa, considera um grande filósofo). Não é a verdade de uma crença que lhe confere o poder de determinar a denotação comum de p . Pode ocorrer que crenças falsas sejam mais efetivas neste caso do que as crenças verdadeiras é por essa razão que crenças contextuais relevantes devem ser mútuas em vez de verdadeiras. Crenças falsas comuns podem auxiliar na determinação do referente de $\Pi[\Psi(p)]$. O caso mais conhecido disso é aquele em que as crenças são expressas por descrições definidas que se acredita serem falsas relativamente a certos referentes, mas que melhor servem aos objetivos conversacionais do falante/compreendedor ("O homem com um martini é um grande artista", em que o copo

do homem contém água). Eu não questiono o fato de que expressões de crença tenham um valor verdade e que, do ponto de vista da psico-lógica, o caráter de funções-de-verdade de das operações epistêmicas seja da maior importância. Mas eu contesto que este fato seja de grande importância para a teoria da compreensão e do diálogo. Do ponto de vista da compreensão dialógica, deve-se fazer uma distinção cuidadosa entre conhecer C(p) e acreditar que p, entre o núcleo fenomênico e o suplemento epistêmico: crenças contextuais têm que se adequar aos objetivos conversacionais (por isso elas são contextualizações) e o valor verdade da sua expressão deve ser deixado em suspenso. Portanto, as crenças contextuais não correspondem aos sentidos de Frege - são posições estratégicas no jogo dialógico, que verificam e falseiam contextos aléticos.

C(Ψ)

A significação parcial Ψ (p) é um contexto proposicional modificado funcionalmente por uma configuração dos primitivos psicológicos "julgar" e "desejar"¹². O que é, então, o contexto dessa configuração? F pretende que seja reconhecida a base julgar-desejar de seu enunciado. No entanto, sua intenção não é necessariamente convencionalizada (i.e., para ser reconhecida, a intenção de F não tem que se expressar de alguma maneira convencional-gramatical): ela é reconhecível com base em seu contexto, especificamente a desejabilidade comum. A busca de reconhecimento, por parte do produtor do enunciado, significa a busca de um contexto justificatório para a configuração de julgamento-desejo. Não se pode pensar em outro contexto justificando essa configuração a não ser sua desejabilidade comum. É fácil agora darmos o próximo passo: o critério da justificação é a contratualidade. Portanto, o contexto C(Ψ) é, através do processo de inferência prática na compreensão, o conjunto de circunstâncias interacionais. A interpretação de C(Ψ) ajuda o compreendedor X a inferir a força interacional dos enunciados. Eu prefiro força "interacional" a "ilocucionária" devido ao fato da força de um enunciado por S ser modificada, desde a sua origem, pela sua compreensão.

B(Ψ)

O caminho da inferência pode desviar-se ao nível Ψ pelo fato de se acreditar que Ψ : se B(Ψ) substitui C(Ψ), haverá malentendido; se B(Ψ) é somado a C(Ψ), pode ter ou uma função intensificadora ou uma função de falácia. Este tipo de crenças contextuais poderia ser chamado de opiniões, para diferenciá-lo de suposições e de crenças no sentido estrito. A crença B(Ψ) ou a opinião de que Ψ é uma certa configuração de primitivos psicológicos, é um contexto de compreensão muito específico, distinto de pretender que C(Ψ) de, ou do fato de que essa configuração seja comumente desejável. Estes últimos são contextos muito especiais, com poder inferencial diferente. O contexto epistêmico-erotético é o domínio da argumentação, da sobre-determinação, e da coloração retórica. É como se o caminho da inferência, fazendo um

desvio epistêmico-erótico, fosse sujeito quase necessariamente à interpretação falaciosa. Esta concepção é muito pessimista, e eu tenho uma concepção mais construtiva a respeito do impacto das opiniões mútuas sobre a significação parcial $\Psi(p)$. É necessária uma teoria sistemática do óbvio, da saliência, da intensificação psico-pragmática e da sobre-determinação, e a retórica da persuasão assim como a teoria da argumentação são um bom começo nesse sentido. A interpretação de $B(\Psi)$ como um contexto para compreender completamente a significação parcial de $\Psi(p)$ se torna inevitável nos casos de significação indireta e de intencionalidade oculta ou colateral, tais como ambigüidade deliberada, manipulação e mentira¹³: quanto mais encoberta for a intencionalidade de um fragmento dialógico, mais forte é o impacto das opiniões sobre $\Psi(p)$, quer de maneira correta (heurística) quer incorreta (falaciosa).

B(Π')

O contexto epistêmico-comunal $B(\Pi')$, como outros tipos de contexto no suplemento epistêmico, tem ou uma função de intensificação ou uma função de falácia em relação ao contexto comunal $C(\Pi')$, que é a base global para a compreensão em uma situação dialógica. Crenças comuns mútuas ou suposições (presumptions) são, sem dúvida, um contexto efetivo de compreensão, embora sejam facultativas e potencialmente falaciosas. A fim de identificar suposições, eu proponho o seguinte critério: as suposições são aquela parte do suplemento epistêmico onde é necessária a máxima concordância entre usuários da linguagem¹⁴. Essa maximização só é possível com base na crença comunal mútua de que os usuários da língua são auto-consistentes ou que, ao menos, maximizam sua auto-consistência. A distinção entre o contexto comunal e o contexto epistêmico-comunal deve ser feita para explicar tipos de comportamento semiótico divergente, que é racional por um lado e não sincero e/ou não-comunicativo por outro: o mentiroso, certamente, é não-sincero e não-comunicativo sem ser irracional... Deve ficar claro que não há meios de maximizar a concordância sobre a racionalidade; mas é claro que isto não é verdadeiro para a sinceridade e para a apreensão (uptake). A discordância sobre a racionalidade de uma seqüência semiótica conduz à fragmentação da comunidade, enquanto que a discordância sobre a sinceridade ou o desejo de apreensão pode conduzir à discussão da auto-consistência do falante/compreendedor e mesmo à minimização ou maximização do acordo, conforme o caso. Isto significa simplesmente que existe uma autenticidade ao nível Π' , que é diferente da autenticidade do que é acreditado mutuamente, isto é a autenticidade de ser racional com os outros.

C(Π')

A interpretação e reciprocidade de perspectivas dos membros de uma comunidade fazem com que seja possível uma significação ser praticamente inferida quando há compreensão. Todas as regularidades observadas aos vários níveis no núcleo e no suplemento do contexto epistêmico podem ser interpretadas como normas, padrões e re

gras coletivas sôcio-psicológicas e portanto empíricas. No entanto, a 'regularidade' do gerar o aspecto- Π da significação de $C(\Pi)$ não é empírica. A comunidade, que é o contexto de Π , não é um grupo psico-social, ou seja empírico. Ela é a circunstância 'transcendental' da racionalidade básica da significação¹⁵.

III

Concluindo, seria não cauteloso e metodologicamente injustificado incentivar a proliferação de contextos. É verdade que uma idéia não explícita de dependência contextual serve como deus ex machina em numerosas teorias lingüísticas e filológicas do significado. A situação é completamente diferente em uma teoria da compreensão e, portanto, em uma teoria do diálogo, onde defendo um Princípio de Proliferação de Contextos.

Deve se acrescentar uma observação final sobre os padrões de inferência da compreensão em uma situação de diálogo. O quadro exposto acima mostra que a inferência prática ao se compreender tem potencialmente vários caminhos e pode percorrer ou não o suplemento epistêmico. A inferência da significação $\Pi[\Psi(p)]$ fará uso ou do núcleo fenomênico do contexto extrínseco (padrão A), ou tanto do núcleo fenomênico como de seu suplemento epistêmico (padrão B), ou só do suplemento epistêmico (padrão C). Pode haver desvios em todas as direções. O padrão de inferência C, em que somente as suposições, opiniões e crenças são contextualizadas, leva ao mal-entendido. O padrão de inferência A em que Π , Ψ e p são contextualizados fenomenicamente sem qualquer influência do suplemento epistêmico, deve conduzir à compreensão total. O padrão de inferência B, em que tanto o núcleo quanto o suplemento são relevantes (em um vai-e-vem de um para outro) é o caso mais interessante: a desambiguação e a ambiguação são passos contraditórios que podem ou não levar à compreensão. A análise desses padrões de inferência e a predição do resultado final é da maior importância para uma teoria completa do diálogo.

NOTAS

1. Ver Bach, K. e R.M. Harnish, Linguistic Communication and Speech Acts, Cambridge, Mass, The M.I.T. Press, 1979, 234-266, principalmente pp. 235-236.
2. Esta crítica essencial foi formulada muito adequadamente por S.C. Levinson em "The Essential Inadequacies of Speech Act Models of Dialogue", em Parret, H., M. Sbisà e J. Verschueren (eds). Possibilities and Limitations of Pragmatics, Amsterdam, J. Benjamins, 1981, 473-492.
3. Em seu artigo, apresentado no Encontro Internacional de Filosofia da Linguagem na Unicamp, Agosto de 1981.

4. Ver o capítulo 4, Contextualism and Transcendentalism in the Theory of Understanding, em minha obra Contexts of Understanding, Amsterdam, Benjamins, 1980, 73-95.
5. Ver a nota 4.
6. Este ponto fundamental foi muito adequadamente enfatizado por F. Jacques em seu trabalho, especialmente em Dialogiques Recherches logiques sur le dialogue, Paris, 1979 (capítulos III e IV, 151 ss.).
7. Este ponto de vista está de acordo com as críticas de Schwarz sobre teorias clássicas da verdade do significado em Schwarz, D.S., Naming and Referring. The semantics and Pragmatics of Singular Terms, Berlin/New York, Walter de Gruyter, 1979.
8. Ver minha obra Contexts of Understanding (nota 4).
9. Desenvolvi este aspecto em "Demonstratives and the J-sayer" em J. van der Auwera (ed), The Semantics of Determiners, London/Baltimore, Croom Helm/University Park Press, 1980, 96-111.
10. Pode-se encontrar bibliografia referente a esse aspecto na Introdução de S.P. Schwarz, Naming, Necessity and Natural Kinds. Ithaca/London, Cornell University Press, 1977.
11. Ver argumentos semelhantes em D.S. Schwarz, Naming and Referring (nota 7).
12. Ver o capítulo III, Perspectival Understanding em Contexts of Understanding (nota 4), 35-70.
13. Escrevi extensivamente sobre esse aspecto em "Eléments d'une analyse philosophique de la manipulation et du mensonge", in Manuscrito, 2 (1979), 119-152.
14. D. Davidson "Radical Interpretation", Dialectica, 27 (1973), 313-327, formula um Princípio da Caridade que é, na verdade, um princípio complexo, que não deve ser identificado com o que denomino Princípio da Caridade em várias publicações como em "Principes de la déduction pragmatique", Revue Internationale de Philosophie, 30 (1976), 486-510.
15. Ver o capítulo IV de Contextos of Understanding sobre "transcendentalismo" na teoria da compreensão (nota 4).